

Infografia: eurodeputados votam medidas para responder à ameaça terrorista

A maioria dos recentes ataques terroristas UE foram levados a cabo por europeus, alguns deles combatentes estrangeiros de regresso ao seu país. Os cidadãos europeus radicalizados que viajam para a Síria ou o Iraque para combater representam uma ameaça crescente. Os eurodeputados aprovaram, esta quinta-feira, 16 de fevereiro, em sessão plenária, a criminalização atos preparatórios como a formação ou as deslocações ao estrangeiro e medidas para reforçar os controlos nas fronteiras externas da UE.

Estima-se que cerca de [5000 europeus](#) se tenham juntado aos combates na Síria e no Iraque, a maioria deles oriundos de quatro Estados-Membros: França, Reino Unido, França e Bélgica.

De acordo com alguns [relatórios](#) a taxa média de retorno situa-se entre os 20 e os 30%, mas caso o autoproclamado Estado Islâmico seja derrotado ou enfraquecido nos próximos meses, a UE pode ser confrontada com um aumento substancial, [avisa](#) a Europol.

O número de terroristas a atuar de forma individual e conhecidos como “lobos solitários” está a aumentar, sendo a sua identificação por parte das autoridades muito mais difícil.

A nova diretiva pretende ser um instrumento para lidar com o fenómeno do regresso dos combatentes estrangeiros e os “lobos solitários”.

O que propõe?

O texto foi preparado pela eurodeputada alemã do PPE Monika Hohlmeier e propõe a criminalização de atos preparatórios.

Entre os atos incluem-se as deslocações ao estrangeiro para fins de terrorismo, como por exemplo, viajar para a Síria para combater ao lado do Estado Islâmico ou viajar para outro Estado-Membro para levar a cabo um atentado. O financiamento de atentados, receber e dar formação ou receber instruções para organizar atentados através da Internet e glorificação do terrorismo, através da difusão de mensagens ou imagens são outros dos atos que a diretiva pretende converter em infrações penais.

“Conseguimos um bom equilíbrio entre a segurança e a proteção dos direitos fundamentais” afirmou Hohlmeier durante um debate em sessão plenária.

Próximos passos

Os Estados-Membros terão 18 meses para transpor a diretiva para o direito nacional.

O Parlamento Europeu aprovou igualmente a 16 de fevereiro uma alteração ao Código das Fronteiras Schengen. Os Estados-Membros da UE vão passar a realizar controlos sistemáticos de todas as pessoas, incluindo cidadãos europeus, que atravessem as fronteiras externa.

[Explore a nossa infografia e o nosso destaque e mantenha-se atualizado sobre a resposta do Parlamento Europeu à ameaça terrorista.](#)

Para saber mais

[Eurodeputados aprovam nova diretiva antiterrorismo \(16-02-2017\)](#)

[Schengen: Parlamento Europeu aprova controlos sistemáticos nas fronteiras externas \(16-02-2017\)](#)

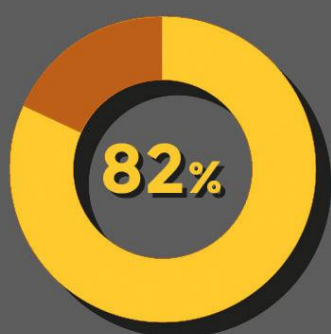
[Proposta de diretiva](#)

[Terrorismo: uma ameaça sem fronteiras](#)

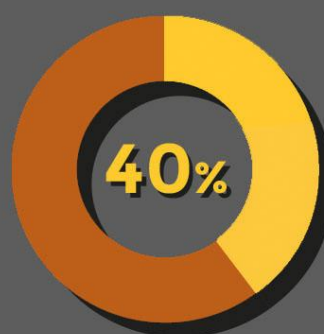
[Monika Hohlmeier \(PPE, Alemanha\)](#)

SONDAGEM EUROBARÓMETRO

REALIZADA PELO PARLAMENTO
EUROPEU EM ABRIL DE 2016



dos **cidadãos europeus**
desejam uma maior
intervenção da **combate**
ao terrorismo



estimam que a **ameaça**
terrorista no seu país é
elevada